

O lado M da eleição: Mulheres negras no poder são o outro destaque das urnas, por Ana Carolina Evangelista

Olhávamos todos atônitos para as telas de computador e da televisão no domingo à noite tentando entender o resultado das eleições para os parlamentos do país: Câmara de Deputados, Senado e assembleias. Um partido considerado nanico – o PSL – recebia as maiores votações no Congresso e nos legislativos dos principais estados. Seus representantes apareciam nos primeiros lugares das listas de votação por todos os lados. Ao rolo compressor do PSL, somava-se a ida de candidatos conservadores para o segundo turno em alguns dos maiores colégios eleitorais. Essa é uma foto.

(Piauí, 12/10/2018 -acesse no site de origem)

Outro ângulo pelo qual se pode enxergar o Legislativo federal que sai das urnas este ano revela um Congresso que sofreu a maior renovação desde 1998 e fragmentou-se ainda mais, com trinta partidos obtendo o direito de ocupar cadeiras parlamentares em Brasília. Nessa outra foto, o Parlamento brasileiro aparece mais jovem, mais feminino, pouco mais negro e muito mais militar, principalmente, [por causa dos eleitos pelo PSL](#).

As eleições legislativas de 2018 serão lembradas também pelas candidaturas de mulheres negras, periféricas e progressistas espalhadas pelo Brasil. Ainda que a taxa de sucesso na eleição de mulheres, negros e negras na Câmara e nas assembleias seja baixa, o novo quadro merece destaque porque representa pessoas e trajetórias com uma enorme capacidade de contribuição para o fortalecimento da democracia brasileira.

Num país de extrema desigualdade social e racial, onde crescem as taxas de violência principalmente entre mulheres negras; onde mulheres ganham menos do que homens; onde negros ganham menos do que brancos; e onde mulheres negras ganham menos do que mulheres brancas, [não só o crescimento no número de candidaturas de negros e negras](#) marca positivamente essas eleições. As histórias das eleitas precisam ser destacadas e lembradas.

Temos casos emblemáticos nos quatro maiores colégios eleitorais no Brasil – São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. Começando por esse último, o estado com a maior população negra do Brasil: a Bahia elegeu sua primeira deputada estadual negra, a já vereadora pelo PCdoB Olívia Santana. Educadora de 51 anos, militante do movimento de mulheres negras na Bahia, já havia sido secretária municipal de Educação e Cultura, e secretária estadual de Políticas para Mulheres.

No estado do Rio de Janeiro, onde o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco permanece sem solução, quem quer que tenha planejado e executado esse crime político recebeu uma resposta das urnas: quatro mulheres negras ligadas a Marielle saíram vitoriosas nas eleições legislativas. Talíria Petrone, professora de história e a vereadora mais votada de Niterói, elegeu-se deputada federal com uma votação expressiva. Ao mesmo tempo, três integrantes do gabinete de Marielle na Câmara Municipal ganharam no voto o direito de ocupar cadeiras na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro a partir de 2019: Mônica

Francisco, pastora evangélica e socióloga do morro do Borel; Renata Souza, jornalista e moradora da Maré; e a jovem estudante Daniella Monteiro, militante do direito à cidade e do setorial de favelas do PSOL.

Já no segundo maior colégio eleitoral, Minas Gerais, a socióloga e cientista política Áurea Carolina, que tinha sido a vereadora mais votada de Belo Horizonte em 2016, chegará à Câmara como a deputada federal mais bem votada do seu estado. Eleita pelo PSOL, sua candidatura foi construída a partir de um movimento coletivo chamado Muitas. O mesmo movimento elegeu outra mulher negra e periférica para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a advogada Andreia de Jesus.

A Assembleia Legislativa de São Paulo, que contava com uma única deputada negra - Leci Brandão, do PCdoB -, receberá a partir de janeiro também a primeira mulher negra trans: Erica Malunguinho. Junto com ela estará a jornalista e feminista Mônica Seixas, representando a candidatura coletiva da Bancada Ativista.

São apenas alguns exemplos de candidaturas negras, femininas e feministas, do campo progressista, que irão mudar a cara e a dinâmica dos legislativos pelo país.

A demanda por renovação elegeu em 2018 uma bancada majoritariamente de direita e de extrema direita, mas produziu outra imagem para ser vista, revisitada e acompanhada com atenção: mulheres negras, com trajetória e militância popular, chegaram ao poder. É o primeiro fotograma de um filme que está só começando.

ANA CAROLINA EVANGELISTA (*siga @caroevangelista no Twitter*) é cientista política, jornalista no programa GregNews, da HBO, e pesquisadora do ISER.